

Novos elementos para o velho debate: psicanálise e cis-heteronormatividade

New elements for the old debate: psychoanalysis and cis heteronormativity

Nuevos elementos para el viejo debate: el psicoanálisis y la cis-heteronormatividad

 **Marina Valentim Brasil**

Doutora em Psicologia Social (PUCRS). Psicóloga clínica de orientação psicanalítica (IEPP/POA). Coordenadora do Núcleo de Gênero e Sexualidade (NuGS) do Instituto de Ensino e Pesquisa em Psicoterapia (IEPP/POA). Colaboradora do grupo de pesquisa Preconceitos, Vulnerabilidades e Processos Psicossociais (PVPP/PUCRS).
E-mail: marinavbr@hotmail.com

 **Demétrius Paiva Nunes**

Graduado em psicologia (ULBRA). Especialista em saúde do adulto e do idoso (Residência-ULBRA). Psicoterapeuta de orientação psicanalítica (IEPP/POA). Mestrando em Psicanálise na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
E-mail: demetriuspsico@gmail.com

RESUMO

O presente estudo busca evidenciar como a psicanálise, quando mobilizada de forma desimplicada, pode sustentar leituras que reduzem as demandas das dissidências sexuais e de gênero à lógica dos movimentos sociais, esvaziando sua complexidade. Dito isso, pretende-se demonstrar, utilizando uma fala de uma psicanalista porto-alegrense de ampla repercussão por redes sociais como disparador, a forma como a psicanálise pode servir para fundamentar percepções sexistas e transfóbicas. Aspectos da teoria psicanalítica são discutidos na intenção de trazer à tona o velho debate sobre o papel da psicanálise em relação às construções de normas de discurso que são desiguais e opressoras, argumentando que tais enunciados não podem ser compreendidos como manifestações isoladas, mas como parte de um campo discursivo mais amplo no qual a psicanálise pode ser mobilizada como tecnologia de regulação social.

Palavras-chave: Psicanálise; Heteronormatividade; Gênero; Preconceito.

ABSTRACT

This study aims to examine how psychoanalysis, when mobilized in a theoretically unengaged manner, may sustain interpretations that reduce the demands of sexual and gender dissidence to the logic of social movements, thereby flattening their complexity. To this end, the analysis takes as its starting point a widely circulated statement by a psychoanalyst based in Porto Alegre, which gained significant visibility on social media, in order to explore how psychoanalysis may be used to support sexist and transphobic interpretations. By engaging with key psychoanalytic concepts, the study revisits the longstanding debate on the role of psychoanalysis in the production of normative discourses that sustain inequality and oppression. It argues that such statements should not be understood as isolated manifestations, but rather as part of a broader discursive field in which psychoanalysis may be mobilized as a technology of social regulation.

Keywords: Psychoanalysis; Heteronormativity; Gender; Prejudice.

RESUMEN

El presente estudio busca examinar cómo el psicoanálisis, cuando es movilizado de manera desimplicada, puede sostener interpretaciones que reducen las demandas de las disidencias sexuales y de género a la lógica de los movimientos sociales, vaciando su complejidad. En este sentido, se toma como punto de partida una declaración de amplia circulación —producida por una psicoanalista radicada en Porto Alegre y difundida en redes sociales— con el fin de analizar cómo el psicoanálisis puede ser utilizado para sostener interpretaciones sexistas y transfóbicas. A partir de la problematización de conceptos psicoanalíticos, el trabajo retoma el clásico debate sobre el papel del psicoanálisis en la producción de discursos normativos que sostienen desigualdades y formas de opresión. Se argumenta que tales enunciados no deben ser comprendidos como manifestaciones aisladas, sino como parte de un campo discursivo más amplio en el que el psicoanálisis puede ser movilizado como una tecnología de regulación social.

Palabras clave: Psicoanálisis; Heteronormatividad; Género; Prejuicio.

Introdução

Podemos pensar que a construção da identidade de um sujeito é um processo multifatorial em que diversas variáveis estão em jogo. Entretanto, é inegável o fato de que, para alguns, a constituição identitária está mais sujeita a experimentar percalços do que outros. Assim sendo, nos apoiamos em Foucault (1988) ao afirmar que o efeito das normas discursivas sobre a subjetivação não pode ser negado e que esse discurso não é produzido em contextos igualitários e isentos de relações de poder. Dito isso, as normas discursivas constituem sujeitos e práticas, ao passo que simultaneamente são produzidas por esses. Elas produzem formas de viver e realidades e determinam a posição de cada sujeito no campo social. Segundo Monique Wittig (2022[1992]), os discursos que estruturam o mundo social funcionam como sistemas de linguagem que atribuem sentidos e posições aos sujeitos, transformando-os em signos dentro das relações comunicacionais.

Nesse conjunto, inclui-se também a linguagem da sexualidade e do gênero, inscrita sob a forma de um pensamento cis-heteronormativo que limita as condições de inteligibilidade de sujeitos frequentemente capturados por categorias como derivas identitárias. A autora sugere que não basta compreender tais configurações como meras reações a processos de opressão; torna-se necessário, antes, empreender uma reavaliação mais ampla da ordem social, capaz de sustentar a produção de novos conceitos. Isso implica criar espaços de problematização e transformação, repensando categorias fundamentais das ciências — e da própria psicanálise — que ainda operam na sustentação de discursos e práticas potencialmente opressivos da subjetividade.

Algumas experiências de subjetivação demandam um olhar atento ao peso das posições sociais, reconhecendo como instâncias como o sistema educativo, a mídia, o Estado, os discursos médico-psiquiátrico-jurídicos, as representações artísticas e as estruturas de poder atribuem valor e sentido às identidades (Reitter, 2022). Nesse ínterim, compreende-se que a teoria psicanalítica, quando mobilizada de forma descontextualizada e desimplicada, pode operar como um recurso de legitimação de narrativas opressoras e patologizantes, contribuindo para a reinscrição de posições sociais previamente atribuídas a determinados grupos. Desse modo, tais sujeitos seguem sendo capturados por um olhar específico — muitas vezes marcado pela abjeção — no interior da prática clínica.

Entretanto, se a psicanálise é utilizada como uma ferramenta subversiva de escuta, acolhimento e libertação, ela pode servir de base epistemológica eficaz para o acolhimento das subjetividades compreendidas como dissidentes — mas é necessário experimentar-se arejamentos teóricos e tolerar a transformação de velhos operadores de base. Quando isso não ocorre, a prática psicanalítica pode servir de veículo de manutenção de uma visão patologizante — pois pode servir para a justificação de uma série de fenômenos associados à teorização da estruturação psíquica, disfarçando a manutenção de uma estrutura social já estabelecida (Butler, 2024).

A discussão da psicanálise enquanto ferramenta capaz de operar tanto na sustentação quanto na contestação de normatividades não é recente, mas tampouco pode ser considerada desatualizada. Nos últimos anos, tem-se acompanhado a emergência de acontecimentos marcados por forte apelo conservador e reacionário, frequentemente associados à produção de discursos potencialmente violadores de direitos de pessoas LGBTQIA+.

Tais enunciados têm sido mobilizados por representantes da classe política brasileira, mas também por figuras públicas em redes sociais e meios de comunicação, evidenciando uma importante mistura conceitual em torno de noções de saúde, doença, risco e violência — o que contribui para a legitimação de narrativas opressoras. Nesse contexto, podem ser mencionadas as declarações públicas amplamente repercutidas, como a fala da ex-ministra de Estado Damares Alves sobre meninas usarem rosa e meninos usarem azul, em 2019 (Ávila, 2022).

No pano de fundo dessas manifestações conservadoras, identifica-se uma recorrente mobilização de uma ideia de proteção social ante a uma suposta ameaça representada pela população LGBTQIA+ (Tietboehl, Cavalheiro, & Kveller, 2018), como se determinadas instituições fossem convocadas a resguardar a chamada família tradicional diante dos supostos riscos associados à diversidade sexual e de gênero. Em um contexto marcado por disputas em torno dos significados de democracia, direitos humanos, saúde, doença e família, observa-se também a atuação de profissionais *psi* que, ao evocarem referenciais teóricos de forma descontextualizada, podem contribuir para a legitimação de discursos que sustentam a exclusão e a deslegitimação de determinados grupos sociais.

Nesse sentido, a noção de dispositivo da sexualidade proposta por Foucault permanece uma ferramenta analítica eficaz para pensar a inserção da psicanálise no mundo social (Foucault, 1988). De maneira sintética, o dispositivo diz respeito a um conjunto de práticas e formações discursivas que, ao mesmo tempo que pretendem descrever determinados fenômenos, participam ativamente de sua produção — conferindo-lhes estatuto de realidade. Entretanto, os dispositivos refletem e reforçam as relações de poder desiguais, tratadas como naturais e inevitáveis, em detrimento de sua compreensão como efeitos de disputas históricas e sociais (Arán, 2009). A partir dessa perspectiva, embora a discussão sobre a implicação da psicanálise enquanto prática potencialmente emancipatória não seja recente, torna-se pertinente retomá-la à luz de sua inserção contemporânea.

As normas discursivas sempre estiveram no campo epistemológico das ciências humanas e sociais. Assim sendo, durante as últimas décadas, a literatura acadêmica sobre a normatização de práticas *psi* vem sendo produzida, estudada e ampliada. Defende-se o cuidado com a retomada sobre o papel social da psicologia e da psicanálise, na tentativa de provocar a classe a apropriar-se de uma implicação mais crítica quanto aos seus próprios saberes e práticas (Fiorini, 2017; Arán, 2009; Silva, 2020).

Para além de um contexto social no qual determinadas narrativas retornam ao espaço público sob formas renovadas de legitimação, observa-se também a mobilização de elementos teóricos da própria psicanálise para a sustentação desses enunciados. Como exemplo, pode-se mencionar o movimento civil conhecido como Escola sem Partido (ESP), cujas publicações se orientam pela denúncia de supostos processos de doutrinação no espaço escolar, articulando-se ao combate à chamada “ideologia de gênero” (Brasil, Cúnico, & Costa, 2022; Butler, 2024).

O termo “ideologia de gênero” surgiu na década de 1990, inicialmente empregado por entidades ligadas ao Vaticano, que expressavam preocupação com a ameaça que as novas configurações familiares representavam para a ordem tradicional e a lei natural cristã. Nesse contexto, representantes da Igreja Católica associavam o conceito à defesa da divisão sexual do trabalho, argumentando que esta seria confirmada pela natureza e pela complementariedade dos sexos. Em 2016, o papa Francisco reforçou essa preocupação, destacando o receio de que as crianças fossem expostas à liberdade de escolha sobre sua identidade de gênero, o que, segundo ele, levaria à aniquilação da imagem do homem como reflexo de Deus e ao fim da espécie humana (Butler, 2024). Em decorrência desses apelos, diferentes entidades apropriam-se desse discurso, visto o poder regulador de instâncias político-religiosas sobre as diversas camadas sociais e políticas da sociedade brasileira. O discurso da possível ameaça pode ser exemplificado pelo ocorrido em 2011, evento que ficou conhecido como a repercussão do “kit gay” (Brasil, Cúnico, & Costa, 2022). O então projeto do governo federal brasileiro denominado Projeto Escola sem Homofobia foi derrubado por deputados ligados a frentes conservadoras e religiosas, por supostamente representar um incentivo às crianças a se “homossexualizarem”, através de um material de “pornografia infantil”.

Em 2015, o movimento Escola Sem Partido (ESP) apresenta, em suas produções textuais, a defesa do combate à chamada “ideologia de gênero” por meio da mobilização de referenciais psicanalíticos. Nos materiais, o papel do pai é apresentado como condição indispensável para a inserção da criança na lei e na cultura, de modo que configurações familiares não alinhadas ao modelo cis-heteronormativo são associadas a riscos no processo de

constituição subjetiva. A igualdade de gênero e as relações homoparentais seriam, segundo o argumento, ameaças à internalização da diferença simbólica. A partir dessa perspectiva, observa-se a mobilização de operadores teóricos psicanalíticos para legitimar uma concepção de saúde restrita à heterossexualidade e à diferença sexual binária, ao mesmo tempo em que se associa, de forma implícita, a diversidade de arranjos familiares a ameaças ao desenvolvimento infantil (Soares, 2015).

Sobre outro aspecto, é vasta a literatura de gênero que aponta a proposta de que a organização social está a serviço de relações de poder, e não a um caráter de garantia de bem-estar social (Arán, 2009; Ayouch, 2015; Louro, 2018; Silva, 2020). Ou seja, é apenas pela ordem da subversão que algumas vidas se tornam possíveis. Discursos esses que regulam, normatizam, instauram saberes e produzem “supostas verdades” (Butler, 2017; Reitter, 2022). Para Louro (2018), essas verdades “cientificadas” sobre práticas sexuais acabam por moldar a subjetividade dos sujeitos e determinam quais são as práticas e identidades não passíveis de reconhecimento, pois não correspondem à norma. Esse jogo relacional está a serviço de proliferar o que a teoria foucaultiana chama de saber-poder (Foucault, 1988). Diz respeito à possibilidade de regulação de corpos através da suposta verdade produzida pela ciência — e pelos dispositivos da sexualidade —, pela justificação de narrativas através de um olhar de aparente busca pela promoção da saúde, mas que acaba gerando mais opressão, hierarquização de vidas (quais vidas têm mais valor do que outras) e regulação de formas de viver. E, no caso da produção acima, fica explícito o uso da psicanálise como tecnologia de regulação e garantia de justificação da discriminação no espaço social, que posiciona pessoas LGBTQIA+ às margens no Brasil.

Como já mencionado, diante do reconhecimento da necessidade de seguirmos retomando um antigo — ainda que atual — debate teórico, partimos da posição proposta por autores que defendem a necessidade de pontes teóricas sólidas entre psicanálise e estudos de gênero e teoria *queer* (Ayouch, 2014; Brasil, Riva, & Bayer, 2024; Reitter, 2022; Silva, 2020). Preencher lacunas teóricas de discussões sobre o tema da diversidade em psicanálise é garantir não só a sobrevivência e os direitos das vidas dissidentes, mas o alcance clínico da própria teoria psicanalítica. Os próprios profissionais da psicanálise ficam, por vezes, às margens de temas que fazem parte da cultura e, conforme defende Reitter (2022), não sabem compreender corpos que existem, sempre existiram e continuarão existindo.

Pretendemos, portanto, sustentar a necessidade de “tomar a palavra”, nos termos propostos pelo autor, de modo a problematizar elementos normativos que atravessam certos discursos contemporâneos da teoria psicanalítica. Problematisamos os aspectos que correspondem à autorização, enquanto cultura, de normas heterossexuais e cisgênero, e de tensionar essa posição endogâmica de psicanalistas, que fazem uso de uma teoria “de si para si”, permanecendo inócuos ante às formas de viver que estão do lado de fora dos seus consultórios.

Para fundamentar a discussão deste ensaio, tomamos como ponto de partida trechos de um material discursivo de grande impacto social: a transcrição de um áudio de WhatsApp gravado por uma psicóloga de orientação psicanalítica, residente em Porto Alegre, atuante em um hospital pediátrico da cidade. O material, originalmente viralizado em formato de áudio na rede WhatsApp, foi objeto de cobertura jornalística e denúncia pública no Ministério Público do Rio Grande do Sul (Matinal Jornalismo, 2022). O conteúdo dessa gravação, amplamente repercutido na mídia do estado do Rio Grande do Sul, apresenta posicionamentos que articulam a psicanálise a discursos normativos e excludentes. Tal repercussão ocasionou a emissão, por parte do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, de uma nota oficial reafirmando o compromisso da Psicologia com uma “defesa intransigente” dos direitos humanos, pautada pela eliminação da transfobia e do preconceito (Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul [CRPRS], 2022).

A escolha desse material como disparador analítico justifica-se pela sua relevância enquanto possível ilustração da instrumentalização da psicanálise para reforçar perspectivas opressivas, particularmente no que se refere às dissidências sexuais e de gênero. Dessa forma, o uso desse material permite demonstrar e problematizar os modos pelos quais determinados profissionais utilizam a psicanálise para validar e perpetuar estruturas de exclusão, ao invés de mobilizá-la como ferramenta de escuta e acolhimento. Com isso, buscamos reafirmar a importância da psicanálise enquanto espaço de reconhecimento e legitimação das existências que historicamente foram marginalizadas e patologizadas pela lógica normativa dominante.

Material de áudio transcrito

(...) o número de crianças que eu atendo mensalmente é uma média de 400–500, dependendo do mês, tá? Ahm, eu já recebi (...), recebi pressão inclusive da coordenadora da faculdade de psicologia da (...), pra estimular essa coisa de gênero, tá? Então é bem real e é bem grave e isso tem a ver com uma lei, (...) que coloca, bem claramente, a desconstrução da heteronormatividade como uma das metas dos Direitos Humanos, ligada à questão da ONU. Uma das mentoras disso aí chama-se Judith Bitler (sic), é uma norte-americana, filósofa norte-americana de origem judaica homossexual, que ela quer fazer, na verdade, assim, uma nova espécie, ahm, de humanos, ahm, sem gênero, né, a ideia é essa, é muito grave e é fato, é real, (...) porque é o fim da civilização ocidental. E se a gente pensar que homossexuais não se reproduzem, isso significa que pode ser também, sem exagero, o fim da humanidade. Tá? O tipo de estrutura psíquica que vem dando esses experimentos da Bitler (sic) aí, com os LGBTQ+QIA+ (sic) são um tipo chamado em psicanálise de perversos polimorfos (...), ficam com uma falha cognitiva como se fossem eternas crianças, eles não crescem cognitivamente, eles ficam frágeis e infantilizados (...), isso são os perversos polimorfismos e tem essa causa aí nas políticas públicas. Ahm, o perverso polimorfismo não permite, né, dentro da estruturação psíquica que o, que se desenvolvam como adultos, tá? Outra coisa que tá acontecendo muito é isso de colocar criança como trans, as crianças, elas têm um tempo de estruturação, então não existe criança trans, mas, dentro dessa ideologia de gênero aí, eles estão já dando hormônio pra crianças pequenas, tá, antes de começar a puberdade, né, pra alterar o que seria o desenvolvimento endócrino normal e, quando nascem os seios, eles já tão começando a retirar os seios. Isso é muito parecido com o que o Mengele, o Dr. Mengele e seu grupo de médicos fizeram com os judeus, com as crianças e os adultos, mas muito com as crianças, durante a Segunda Guerra Mundial, né. Se o Hitler tinha uma ideia de raça pura, ahm, hoje a ideia é de gênero puro homossexual, né. (...) hoje se tem a ideia do purismo homossexual, ou seja, tu não podes ser heterossexual porque tu és impuro dentro da ideia, né, digamos, da nova normatividade aí. Então, então assim, tirando o seio de criança, de menina, ahm, dando hormônio e, enfim, mutilando crianças e adolescentes. Esses hormônios, eles, ahm, causam, entre outras patologias, câncer, né, fora as patologias emocionais que tão aí aos montes (...).

Discussão

No áudio, a profissional menciona uma suposta “pressão” por parte de instituições de ensino superior para que a “coisa de gênero” seja estimulada. Ao referir-se ao tema nesses termos — como “essa coisa de gênero” —, observa-se a construção do gênero como algo externo ao campo científico, aproximando-o de uma imposição ou tendência, e não de uma categoria consolidada de produção de conhecimento. Tal perspectiva aparece explicitamente quando a autora afirma ter recebido “pressão (...)”, sugerindo uma compreensão do debate como resultante de coerção institucional, e não de transformações sociais e teóricas. O material apresentado pode ser pensado a partir do que Lima, Bedê e Rocha (2023) descrevem como uma exclusão da dimensão política do debate, na medida em que questões relativas à população LGBTQIA+ são enquadradas como um “modismo” ou como parte de uma agenda ideológica. Nesse enquadre, o gênero tende a ser deslocado de seu estatuto analítico para uma leitura como projeto deliberado de reorganização social.

Partimos da perspectiva de que o discurso deve ser sempre situado de maneira social, histórica, política e cultural. Ou seja, ele nunca é uma produção meramente individual e está a serviço de normas culturais compartilhadas (Van Dijk, 2008). É através do discurso que podemos compreender diversas expressões da estrutura social. Assim sendo, o discurso também serve de instrumento para evidenciarmos posições — ora explícitas, ora implícitas — que estão apoiadas em ideologias e relações de poder, que também trazem à tona desigualdades sociais presentes na organização social. A possibilidade de assumir uma leitura crítica do discurso

está também a serviço de contribuir para o combate às desigualdades na estrutura social das relações entre grupos (Van Dijk, 2008).

É nesse enquadre que se torna possível compreender como determinados enunciados, ao mobilizarem referenciais teóricos, passam a operar na produção e legitimação de posições normativas no campo social. A teoria psicanalítica, neste caso, foi evocada para sustentar classificações patologizantes, ao se referir às pessoas LGBTQIA+ como portadoras de um funcionamento “perverso polimorfo” associado à ideia de falha no desenvolvimento psíquico e à permanência em um estado de infantilização. Além disso, práticas contemporâneas de cuidado em saúde são descritas de maneira distorcida e alarmista, sendo comparadas a experimentos médicos nazistas, o que evidencia um deslocamento do discurso científico para um campo moralizante e com tonalidade persecutória.

Tais enunciados não podem ser compreendidos como manifestações isoladas, mas como parte de um campo discursivo mais amplo no qual a psicanálise pode ser mobilizada como tecnologia de regulação social. Nesse contexto, a produção de uma suposta ameaça à infância — frequentemente evocada como justificativa para a rejeição da diversidade de gênero — opera como um dos principais dispositivos de legitimação dessas narrativas. Ao posicionar determinadas formas de existência como risco à ordem social, tais discursos contribuem para a produção de regimes de inteligibilidade que delimitam quais vidas são passíveis de reconhecimento e quais permanecem à margem. O combate às dissidências sexuais e de gênero, bem como o temor de supostas “catástrofes sociais” a elas associadas, pode ser compreendido à luz do conceito psicanalítico de recusa, tal como formulado por Aulagnier-Spairani (1967), enquanto modalidade de funcionamento que se organiza diante do horror à diferença. Nesse sentido, a rejeição de corpos e experiências que escapam à norma cis-heteronormativa pode ser lida não apenas como posição individual, mas como expressão de um regime discursivo mais amplo, no qual se articulam práticas de deslegitimação, hierarquização de vidas e justificação de desigualdades sociais (Rodrigues, 2020).

Há uma construção discursiva acompanhada de elementos de intensificação e dramatização, como em referências ao “fim da civilização ocidental” ou ao “fim da humanidade” iminentes ante o perigo da ideologia de gênero, também presentes no exemplo mencionado. Tal perspectiva pode ser aproximada do que Tietboehl, Cavalheiro e Kveller (2018) descrevem como uma fantasia de conversão, em que a diferença é percebida como algo transmissível e ameaçador à ordem normativa. Nesse sentido, pode-se considerar que o que está em jogo diz respeito, em alguma medida, ao que Brasil, Bayer e Riva (2024) denominam como pacto narcísico psicanalítico diante das transformações teóricas suscitadas pelas dissidências sexuais e de gênero. Cabe retomar a formulação de Judith Butler (2024), ao apontar que a oposição ao “gênero” frequentemente se sustenta em um medo de contaminação — isto é, no receio de que o contato com essas questões produza efeitos sobre o próprio sujeito. Tal lógica aparece de forma explícita no material analisado, ao associar o debate de gênero a processos de “influência” e transformação indesejada, sugerindo uma concepção de identidade como algo potencialmente vulnerável a tais interações.

Como já discutido, não se trata de um caso isolado: a mobilização da psicanálise como sustentação de posições normativas também pode ser observada, por exemplo, no trabalho de Jorge e Travassos (2017), que descreve como “epidemia trans” um fenômeno contemporâneo no qual “um raro quadro psiquiátrico tem agora presença espetacular na mídia” (p. 308), encontrando ressonância no posicionamento da autora do áudio. Nessa formulação, os autores aproximam as expressões de gênero trans das categorias clássicas da histeria, sugerindo que a chamada “nova epidemia histórica” estaria justamente vinculada aos fenômenos relacionados ao gênero. Essa linha de argumentação também encontra respaldo em outros autores do campo psicanalítico, como Elisabeth Roudinesco (2022), que também formula críticas ao debate contemporâneo sobre gênero. Ainda que tais produções apresentem diferenças teóricas importantes, é possível identificar, em alguns momentos, a tendência de interpretar essas transformações a partir de registros patologizantes.

No exemplo das formulações de Roudinesco (2022), a autora desloca o debate do campo conceitual para a análise das trajetórias individuais dos autores do gênero, estratégia também observada no áudio transcrito. Nessa direção, mobilizam-se elementos da biografia de Judith Butler como forma de sustentar uma crítica à teoria *queer*, aproximando sua produção teórica resultado de uma posição militante e pouco racional. A autora recorre

a aspectos da história de Butler para caracterizar sua teoria como expressão de uma posição fora de normas, sugerindo que tais posições se sustentariam não através de uma elaboração teórica, mas em um desejo puro de inversão da norma social (Roudinesco, 2022,). Isso parece gerar um tangenciamento sobre as pautas a serem efetivamente discutidas, criando a ideia de existência dos “defensores do gênero”, em detrimento aos defensores da “ideologia de gênero” (Butler, 2024).

É nesse movimento de deslocamento que as demandas contemporâneas de gênero e sexualidade passam a ser interpretadas como expressão de um suposto narcisismo social ou de um modismo cultural (Lima, 2022), produzindo barreiras à elaboração de um tema central para o campo psi. Nessa direção, a neutralidade, tal como frequentemente reivindicada na psicanálise, configura-se menos como ausência de posicionamento e mais como um modo particular — e situado — de inscrição no campo discursivo.

Em contraste, a teoria *queer*, especialmente na formulação de Judith Butler, propõe um deslocamento dessa lógica ao enfatizar a dimensão social, política e relacional da constituição das identidades. Trata-se de uma perspectiva que amplia o entendimento de cidadania para além do cumprimento formal da lei, incluindo o direito à existência e ao reconhecimento de diferentes formas de vida (Butler, 2017; Brasil, Cúnico, & Costa, 2022). Nesse sentido, o pensamento *queer* se insere em um campo crítico voltado à revisão das categorias normativas que historicamente organizaram a compreensão da sexualidade. Ao tensionar noções de normalidade e identidade fixa, propõe-se a desnaturalização de saberes produzidos por campos como a medicina, a psicologia e o direito, situando-os em seus contextos históricos e políticos. Tal movimento não apenas questiona posições essencialistas, mas também abre espaço para a construção de formas de subjetivação menos restritivas e mais sensíveis à pluralidade das experiências humanas (Assis, 2011; Butler, 2017; Butler, 2024).

Implicações Éticas sobre a Heteronormatividade

Questionar a heteronormatividade como dispositivo de poder permite evidenciar como determinadas crenças sociais se sustentam em registros moralizantes e ideológicos. Nesse sentido, o próprio uso da noção de ideologia — frequentemente mobilizada para denunciar sua suposta imposição — pode assumir um caráter paradoxal, ao operar por meio de construções distantes da realidade e marcadas por mecanismos de negação. Tomamos aqui a ideia de perversão no sentido psicanalítico de recusa da diferença, isto é, como desmentida, que dificulta a sustentação da alteridade (Aulagnier-Spaurani, 1967; Laplanche & Pontalis, 2001[1986]).

Nessa perspectiva, a preocupação com a possível perversão da ideologia de gênero desloca-se: não se trata de localizar a perversão em propostas teóricas ou políticas que tensionam a heteronormatividade, mas de interrogá-la enquanto operação psíquica que recusa o reconhecimento da diferença e da pluralidade das formas de existência, defendidas pelos estudos de gênero. Assim sendo, o argumento anti-ideologia de gênero se sustenta sobre uma compreensão problemática do próprio conceito de ideologia. Conforme Abbagnano (2003 citado por Reis & Eggert, 2017), ideologia pode ser entendida como uma doutrina destituída de validade objetiva, mantida pelos interesses daqueles que a utilizam. Nessa direção, seria possível considerar que a própria retórica que denuncia uma suposta “ideologia de gênero” opera, ela mesma, como uma forma de ideologia, ao instrumentalizar o debate para sustentar estruturas normativas e excludentes.

Diante disso, abre-se um campo de questões: de que modo a sexualidade é apreendida nesses discursos? O que está em jogo quando propostas voltadas à ampliação de formas de vida são associadas a cenários de colapso social? E, ainda, que concepção de civilização se vê ameaçada quando se propõe tensionar limites institucionais em favor de maior inclusão e reconhecimento da diferença? Para Ayouch (2015), é por esses questionamentos que se torna necessário que a psicanálise dialogue com a contemporaneidade, de modo a não se manter encerrada em uma posição de retaguarda, limitada a reiterar a lei ante a uma sociedade que já produziu outras formas de normatividade. Nesse sentido, não se trata de sustentar o que a teoria psicanalítica prescreve, mas de interrogar os usos que se fazem dela.

Nos diferentes exemplos apresentados, é possível identificar o eixo comum da preocupação com a infância. Persiste, nesse contexto, a concepção de que a afirmação da identidade de gênero trans constituiria, em si, um fator de risco psíquico. No entanto, a literatura aponta em outra direção, evidenciando níveis mais elevados de

sofrimento na população trans em decorrência da discriminação, do preconceito, da baixa aceitação familiar e das barreiras de inserção social, incluindo maior risco de suicídio por esses fatores (Gomes, Jesus, Silva, Freire, & Araújo, 2022). Nesse sentido, parece ser indispensável a reflexão sobre a capacitação do manejo técnico e ético adotado por profissionais da área, especialmente no que diz respeito ao atendimento de crianças trans.

A defesa da proteção “da infância” sustenta a ideia de que gêneros dissidentes devem ser contidos ou corrigidos, em vez de acolhidos e legitimados. Dessa forma, discursos desse tipo não apenas desconsideram a realidade dessas infâncias, mas também contribuem para a perpetuação da discriminação e da negligência. As barreiras no acesso à saúde da população trans estão diretamente relacionadas à discriminação, dificultando a busca por prevenção, tratamento e garantia de direitos básicos (Rodrigues, Lemos, & Figueiredo, 2020).

É recorrente a crítica de que certos usos contemporâneos da psicanálise ainda operam a partir de referenciais normativos historicamente situados como se possuíssem validade universal e atemporal (Reitter, 2022). Nesse enquadre, a sexualidade tende a ser compreendida a partir de parâmetros que privilegiam a distinção entre normalidade e desvio, frequentemente sustentados por matrizes morais que atravessaram a constituição do campo. Embora historicamente distante, observa-se, na atualidade, a reatualização de operadores teóricos anacrônicos, utilizados fora de seus contextos originais, o que compromete a capacidade da psicanálise de dialogar com as transformações sociais contemporâneas.

Nesse sentido, é possível compreender alguns posicionamentos como expressões de tentativas de reinscrição de regimes normativos que buscam estabilizar a diferença em moldes previamente estabelecidos. Ao considerar a sexualidade em sua dimensão pulsional — marcada pela plasticidade, pelo movimento e por sua própria indeterminação —, coloca-se em evidência a necessidade de sustentar uma posição que suporte aquilo que escapa às formas fixas de compreensão.

Ainda que amplamente consolidado na teoria psicanalítica, o conceito freudiano de perverso-polimorfo refere-se à disposição estrutural do sujeito para a obtenção de prazer em formas múltiplas. Nesse sentido, sua associação direta à patologia na vida adulta mostra-se teoricamente insustentável. Ao contrário, o reconhecimento dessa dimensão aponta para a plasticidade dos destinos pulsionais, que não se encontram determinados por fundamentos orgânicos do corpo ou do objeto. Assim, a recusa dessa concepção implica tensionar os próprios fundamentos da teoria psicanalítica que, paradoxalmente, é mobilizada para sustentar posições normativas.

Nesse sentido, ainda que a teoria freudiana demande revisões históricas, seu uso para sustentar posições de resistência às dissidências sexuais e de gênero revela mais sobre suas formas de apropriação do que sobre limites da teoria. Dito isso, reconhecemos que tal apropriação voltada à conservação da hegemonia não é universal em todo o *corpus* profissional da psicanálise. Há diversos profissionais implicados no exercício da prática de maneira afirmativa e comprometida com uma ética político-clínica. Ainda assim, sustentamos que o debate acerca do uso da teoria para fins conservadores segue encontrando barreiras nas instituições de maior reconhecimento social, nas quais a responsabilidade pelo próprio posicionamento político deveria ser inegociável. Embora não seja possível regulamentar o uso da teoria em si, entendemos que as instituições historicamente associadas ao legado freudiano deveriam assumir, de modo mais explícito, o compromisso com a promoção da saúde articulada à redução das desigualdades sociais, evitando que a suposta neutralidade — ou mesmo a potência subversiva da teoria — seja mobilizada como obstáculo ao acesso de determinados grupos.

Considerações Finais

O presente trabalho se propôs a contribuir para o velho debate da teoria psicanalítica com as diversas formas de expressão da sexualidade e da identidade de gênero. Partimos do entendimento de que a própria disciplina psicanalítica, quando utilizada como instrumento subversivo, é um constructo que pode acrescentar às discussões sobre sexualidade e gênero dissidentes. É através da subversão que a psicanálise surge na história, e por mais que esta possa representar uma ameaça à hegemonia, é justamente onde se encontra a sua sobrevivência enquanto disciplina de conhecimento contemporâneo.

Cabe afirmar que a perversão se trata, por definição, da utilização do objeto como extensão do próprio desejo, sem a implicação do reconhecimento da alteridade. Por isso, torna-se necessário reiterar que a perversão

parece residir no argumento que subsidia a recusa em reconhecer determinadas formas de existência no campo da saúde psíquica. Essa é a verdadeira problemática da não introjeção da diferença, que não essencialmente encontra respaldo teórico nas experiências dissidentes. A lógica perversa está na negação e uma postura de enfrentamento às subjetividades que sempre existiram — ainda que historicamente mais ou menos reprimidas. Profissionais da psicanálise devem assumir o compromisso com o reconhecimento da alteridade em todas as suas expressões, e não apenas as já legitimadas. Isso implica compreender que há uma ética do reconhecimento que não pode mais operar apenas a partir da psicopatologia fundada nas problemáticas edípicas tradicionais, mas que deve se orientar, fundamentalmente, pela escuta e pela proteção da diversidade.

Referências

- Alberti, S. (2005). A perversão, o desejo e a pulsão. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 5(2), 341-360.
- Arán, M. (2009). A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. *Revista Estudos Feministas*, 17, 653-673. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300002>
- Assis, C. L. (2011). Teoria queer e a resolução CFP n. 1/99: Uma discussão sobre heteronormatividade versus homonormatividade. *Revista Bagoas - Estudos Gays: Gênero e Sexualidades*, 5(6), 145-156.
- Aulagnier-Spaurani, P. (1967). A perversão como estrutura. *Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental*, 5(3), 43-69. DOI: <https://doi.org/10.1590/1415-47142003003004>
- Ávila, Y. M. (2022). Liberdade de expressão x discurso de ódio nas mídias sociais. (Artigo científico). Repositório Universitário da Ânima (RUNA). <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/26836>
- Ayouch, T. (2015). *Psicanálise e homossexualidades: Teoria, clínica, biopolítica*. Curitiba, Brasil: CRV. DOI: <https://doi.org/10.24824/978854440529.1>
- Baró, M. I. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2(1), 7-27. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>
- Brasil, M. V., Cúnico, S. D., & Costa, A. B. (2022). Gênero sob ataque: Atravessamentos da suposta neutralidade política na pauta educacional brasileira. *Revista Polis e Psique*, 12(1), 119-146. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.110786>
- Brasil, M. V., Bayer, B., & Riva, A. (2024). (Re)leituras psicanalíticas: O pacto narcísico da psicanálise na inteligibilidade dos corpos dissidentes. In: Veras, R. M., Cúnico, S. D., Fernandes-Eloi, J., & Rabelo, D. F. (Orgs.), *Psicologia e populações vulnerabilizadas: Contextos de formação e intervenção* (pp. 71-95). Edufba. <https://doi.org/10.7476/9786556308937.0005>
- Butler, J. (2017). Alianças queer e política anti-guerra (K. B. Gadelha, Trad.). *Bagoas Estudos Gays Gênero e Sexualidades, Dossiê Michel Foucault e a teoria queer*, 11(16), 29-49.
- Butler, J. (2024). *Quem tem medo do gênero?* (H. R. Candiani, Trad.). Boitempo.
- Chinazzo, I., Lobato, M. I. R., Nardi, H. C., Koller, S. H., Saadeh, A., & Costa, A. B. (2021). Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(Supl 3), 5045-5056. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.28532019>
- Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. (2018). *Resolução CFP nº 1 de 29 de janeiro de 2018. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis*. Brasília: CFP. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>
- Ferenczi, S. Confusão de línguas entre os adultos e a criança: a linguagem da ternura e da paixão. In S. Ferenczi, *Psicanálise IV* (2ª ed., p. 111-121). São Paulo, Brasil: Martins Fontes, 2011. (Trabalho original publicado em 1933).
- Ferreira, I., & Oliveira, B. (2022). Exclusão do sobrenome paterno em decorrência do abandono afetivo e suas eventuais implicações jurídicas. (Trabalho de conclusão de curso). Repositório Universitário da Ânima (RUNA). <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/22567>

- Fiorini, L. G. (2017). Subjetividades em transição, parentalidades contemporâneas: Diversidade e diferença. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 51(2), 91-102.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade: A vontade de saber (Vol. 1)*. Rio de Janeiro, Brasil: Graal.
- Freud, S. (2006). *A sexualidade na etiologia das neuroses*. In J. Strachey (Ed.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (J. O. A. Abreu, Trad., Vol. 3, pp. 243-261). Rio de Janeiro, Brasil: Imago. (Trabalho original publicado em 1898).
- Gomes, H. V., Jesus, L. A., Silva, C. P. G., Freire, S. E. de A., & Araújo, L. F. (2022). Suicídio e população trans: Uma revisão de escopo. *Ciências Psicológicas*, 16(1), 1-17. DOI: <https://doi.org/10.22235/cp.v16i1.2501>
- Jorge, M. A. C., & Travassos, N. P. (2017). A epidemia transexual: Histeria na era da ciência e da globalização? *Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental*, 20(2), 307-330. DOI: <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2017v20n2p307.7>
- Junqueira, R. D. (2010). Currículo, cotidiano escolar e heteronormatividade em relatos de professoras da rede pública. In *Anais do IX Seminário Internacional Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos* (pp. 1-10). Florianópolis, Brasil: UFSC.
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (2001). *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.
- Lima, V. M., Bedê, H. M., & Rocha, G. M. (2023). Butler e a psicanálise: Do fracasso das normas à estranheza do gozo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 43, e248976. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003248976>
- Lima, V. M. (2022). O gênero (de) Preciado: A psicanálise e a necrobiopolítica das transidentidades. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 22(4), 1643-1662. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2022.71767>
- Louro, G. L. (2018). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, Brasil: Autêntica.
- Matinal Jornalismo. (2022, 19 de outubro). Psicóloga do Conceição é denunciada como autora de áudio transfóbico pedindo voto em Bolsonaro. *Matinal Jornalismo*. <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/matinal-psicologa-audio-transfobico-mpf/>
- Miller, J. A. (2021). Dócil a lo trans. *Lacan Quotidien*, (928).
- Neves, R. G. F. (2022). *A violência do discurso como estratégia de apagamento da existência dos sujeitos homossexuais* (Dissertação de mestrado). Universidade de Franca, Franca, SP. <https://repositorio.cruzeirodosul.edu.br/handle/123456789/3761>
- Reis, T., & Eggert, E. (2017). Ideologia de gênero: Uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação & Sociedade*, 38(138), 09-26. DOI: <https://doi.org/10.1590/es0101-73302017165522>
- Reitter, J. (2022). *Édipo gay: Heteronormatividade y psicoanálisis*. Blumenau, Brasil: Letra Viva.
- Rodrigues, A. C. C. (2020). Psicanálise, despatologização e subjetivação – corpos, sexualidades e gêneros. *ALTER – Revista de Estudos Psicanalíticos*, 36(2), 181-200. DOI: <https://doi.org/10.51338/rppsm.2020.v6.i3.152>
- Rodrigues, J., Lemos, C., & Figueiredo, Z. (2020). Discriminação e barreiras ao acesso ao serviço nacional de saúde percebidas por pessoas trans. *Revista Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental*, 6(3), 98-108.
- Roudinesco, E. (2022). *O eu soberano: Ensaio sobre as derivas identitárias*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.
- Soares, R. (2015). Por que os pais devem dizer não à ideologia de gênero? [Mensagem em um blog]. <https://escolasempartido.org/blog/porque-os-pais-devem-dizer-nao-a-ideologia-de-genero/>
- Silva, J. A. S. da. (2024). A clínica é um lugar político: A escuta psicanalítica diante das dissidências sexuais e de gênero [Tese de doutorado, Universidade Federal de Sergipe]. Repositório Institucional da UFS. <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/20975>
- Tietboehl, L., Cavalheiro, R., & Kveller, D. (2018). Quem tem medo de crianças queer? Alguns questionamentos às normatividades em psicanálise. *Revista Periódica*, 1(9), 234-247. DOI: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i9.25786>
- Van Dijk, T. (2008). Critical discourse analysis and nominalization: Problem or pseudo-problem? *Discourse & Society*, 19(6), 821-828. DOI: <https://doi.org/10.1177/0957926508095897>
- Wittig, M. (2022). *O pensamento hétero e outros ensaios*. São Paulo, Brasil: Autêntica.

Contribuição dos Autores

Conceitualização: M.V.B.; D.N.

Redação do manuscrito: M.V.B.; D.N.

Análise dos dados: M.V.B.; D.N.

Revisão e edição: M.V.B.; D.N.

Submetido em: 04/06/2025

Aceito em: 15/07/2026

Como citar:

Brasil, M. V. & Nunes, D. P. Novos elementos para o velho debate: psicanálise e cis-heteronormatividade. *Rev Polis e Psique*. 2026, 16: e026024.

Financiamento:

Não houve financiamento.